



9823705



08011.000181/2019-75

Boletim de Serviço em 01/10/2019



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva

RESOLUÇÃO CGE Nº 7, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019

O COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º e pelo § 1º do art. 2º, do Anexo I, da Portaria MJSP nº 86, de 29 de janeiro de 2019, e com base no art. 2º, do Anexo IX, da mesma Portaria,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a matriz SWOT, as diretrizes estratégicas, a cadeia de valor, o plano de comunicação e o mapa estratégico do Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública 2020-2023, na forma dos anexos a esta Resolução.

Art. 2º O Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública 2020-2023 observará as seguintes diretrizes estratégicas:

I - fortalecimento da segurança pública, intensificando o combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento, com enfoque na integração de políticas públicas entre os entes federados e no controle de fronteiras, a fim de promover o desestímulo da prática criminosa;

II - incentivo à utilização de ferramentas e práticas de gerenciamento, análise e compartilhamento de grandes volumes de dados, visando maior confiabilidade na tomada de decisão;

III - otimização da gestão de bens apreendidos oriundos do crime, com foco na alienação;

IV - aprimoramento da gestão prisional, com ênfase na ampliação do número de vagas em unidades prisionais por meio de construções, reformas e incentivo às penas alternativas, bem como ações cooperadas com as unidades federativas para o aperfeiçoamento do controle das unidades prisionais, por meio de inteligência, operações e assistências;

V - fortalecimento da capacidade de gestão do Ministério, por intermédio da melhoria dos processos organizacionais e riscos envolvidos, visando alcançar os objetivos institucionais e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão;

VI - aperfeiçoamento de práticas de gestão de pessoas, do conhecimento e de competências, com incentivo ao desenvolvimento e à valorização de talentos, em prol da qualificação pessoal, profissional e organizacional;

VII - otimização da integração e da convergência de esforços entre as unidades do Ministério; e

VIII - aperfeiçoamento da comunicação interna e externa, com o fortalecimento da transparência.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ PONTEL DE SOUZA
Secretário-Executivo

ANEXO I - Matriz SWOT (SEI: 9782722);

ANEXO II - Cadeia de Valor (SEI: 9790569);

ANEXO III - Plano de Comunicação do Planejamento Estratégico (SEI: 9700977); e

ANEXO IV - Mapa Estratégico 2020-2023 (SEI: 9790386).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ PONTEL DE SOUZA, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 30/09/2019, às 17:26, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **9823705** e o código CRC **139C7EC2**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08011.000181/2019-75

SEI nº 9823705

ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Matriz SWOT

Período 2020-2023



PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO

Matriz SWOT – Pontos fortes

1. Capacidade de mediar conflitos.
2. Ambiente favorável à utilização de recursos de gerenciamento de grandes volumes de dados para a gestão das políticas do Ministério.
3. Capacidade técnica e multidisciplinariedade das equipes para desempenho das atividades com foco na obtenção de resultados.
4. Confiança dos servidores no trabalho das lideranças.
5. Processo de fortalecimento de TIC com adoção de novas tecnologias.
6. Capilaridade com capacidade de articulação, de amplitude de ações e de rápida mobilização das forças de segurança para atuação em todo território nacional.
7. Oferta de capacitações aos servidores.
8. Carteira de políticas públicas de grande abrangência.
9. Grau de comprometimento, de motivação e de relacionamento dos servidores.
10. Ouvidoria como canal único para recebimento de denúncias.
11. Quadro de servidores próprio, na maioria das unidades do Ministério, contribuindo para a continuidade nos processos.
12. Prestação de serviços digitais à sociedade.
13. Referência nacional em procedimentos e protocolos de segurança.
14. Projeção e relevância dos temas do Ministério para a sociedade.
15. Forte alinhamento dos temas do Ministério à agenda do Governo Federal.
16. Articulação com outros órgãos de âmbito nacional e internacional.
17. Comprometimento das lideranças com a implantação do Programa de Integridade e intolerância à corrupção.
18. Maturidade do Ministério refletida no sistema de governança.
19. Engajamento da alta administração.
20. Relevância do Ministério como órgão central do Sistema Estruturador de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA).

Matriz SWOT – Pontos fracos

1. Gestão de riscos incipiente.
2. Dificuldade de fixação do efetivo em áreas remotas.
3. Plano nacional de políticas públicas sobre drogas desatualizado.
4. Baixa maturidade no compartilhamento e na governança de dados.
5. Baixa maturidade em gestão estratégica, com alinhamento aos planejamentos tático e operacional.
6. Alta rotatividade e insuficiência do quadro efetivo de pessoal.
7. Deficiência na comunicação interna e com a sociedade.
8. Baixa maturidade de gestão de processos, de pessoas, do conhecimento e por competências.
9. Classificação documental deficiente.
10. Baixo fomento ao desenvolvimento de capacidade analítica, utilizando ferramentas existentes no âmbito do Ministério.
11. Carência de profissionais especializados, com destaque para a área de TIC, de logística, de preservação digital, de processamento técnico em arquivos permanentes e em conservação do acervo.
12. Infraestrutura física das unidades inadequada, inclusive na faixa de fronteira.
13. Baixo engajamento dos requisitantes para acompanhar a implementação de demandas de TIC e de logística.
14. Sentimento de pouca valorização dos servidores.
15. Dificuldade de articular ações conjuntas envolvendo as unidades do Ministério.
16. Deficiência na comunicação da política institucional de capacitação para os servidores.
17. Dispersão de esforços em ações concorrentes sobre determinados temas transversais às áreas do Ministério.
18. Deficiência no plano de comunicação com as partes interessadas sobre os resultados da gestão e do uso de TIC.
19. Insuficiência da gestão de bens apreendidos oriundos de crimes.
20. Baixa maturidade da política institucional de disponibilização de dados abertos para a sociedade.

Matriz SWOT – Pontos fracos

- 21. Insuficiência de corpo técnico próprio de parte das áreas de segurança pública.
- 22. Insatisfação com os serviços prestados pela unidade de TIC.
- 23. Vulnerabilidade do acervo da Administração Pública Federal sob a guarda do AN.
- 24. Carência de definição de conceitos e de consolidação de doutrinas e de procedimentos em segurança pública.

Matriz SWOT – Oportunidades

1. Ações estratégicas de segurança pública do Governo Federal, no âmbito nacional e internacional.
2. Melhoria da gestão administrativa a partir da padronização e do compartilhamento de alguns processos de trabalho pelo Governo Federal.
3. Maior articulação com parceiros nos cenários nacional e internacional.
4. Fortalecimento de sistemas de inteligência.
5. Iniciativas do Governo Federal para melhoria e adoção de boas práticas na prestação dos serviços da administração pública.
6. Orçamento do DEPEN não contingenciável, por ser classificado como despesa obrigatória.
7. Projeção e relevância dos temas do Ministério para a sociedade e para órgãos das esferas governamentais.
8. Potencial de ampliação de projetos financiados pelo Fundo de Direitos Difusos.
9. Ambiente favorável ao combate à corrupção e à criminalidade.
10. Aumento de cooperação entre países.
11. Alta demanda da sociedade por melhoria da segurança pública.
12. Novas tecnologias disponíveis para fortalecer a gestão das políticas públicas e a gestão administrativa do Ministério.
13. Reconhecimento da relevância dos temas relacionados ao acesso à informação, à transparência pública e à governança.
14. Padronização de equipamentos na temática de segurança pública.

Matriz SWOT – Ameaças

1. Restrição orçamentária e fiscal, contingenciamento e atraso na aprovação da LOA.
2. Crescente sofisticação das práticas criminosas.
3. Ataques de facções criminosas a servidores das forças de segurança pública.
4. Aumento de crimes e de ataques cibernéticos.
5. Disparidade da infraestrutura de tecnologia, de comunicação e de logística de parceiros do Ministério.
6. Incidência de doenças relacionadas à saúde mental e de suicídio em servidores das forças de segurança pública.
7. Elevado impacto social e econômico da criminalidade organizada e violenta.
8. Fluxo migratório de grupos vulneráveis.
9. Conflitos em áreas indígenas.
10. Insuficiência de servidores efetivos da carreira de Analista em Tecnologia da Informação no Ministério.
11. Déficit de vagas em presídios.
12. Descontinuidade das políticas públicas de longo prazo.
13. Baixa governabilidade junto a atores envolvidos, gerando dificuldades na implementação de algumas políticas públicas afetas ao Ministério.
14. Percepção negativa da sociedade em relação às polícias, ao Sistema de Justiça e ao serviço público.
15. Baixo conhecimento, por parte da sociedade, de políticas públicas do órgão.
16. Percepção de impunidade associada à leniência de parte da legislação criminal.
17. Mudanças legislativas que impactam negativamente a gestão de políticas públicas.
18. Controle de fronteiras deficiente.
19. Disparidades de infraestrutura de órgãos de segurança pública no país.
20. Percepção de insegurança pela sociedade.

Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO

Gerir ações referentes ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, inclusive a ENCCLA

PF / SENAJUS / SENASP

Gerir a implantação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia Contra lavagem de Dinheiro

SENAJUS



Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Gestão da Política Integrada de Segurança Pública

COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA DE INTEGRAÇÃO, INTELIGÊNCIA E OPERAÇÕES EM SEGURANÇA PÚBLICA

Gerir a integração de sistemas de dados e informações de interesse da Segurança Pública

DEPEN / PF / PRF / SENASP / SEOPI

Promover o fortalecimento de mecanismos de governança em segurança pública

SENASP

Gerir conhecimento e ações de inteligência em segurança pública

PRF / PF / SEOPI

Apoiar a estruturação das instituições de segurança pública

SENASP

Gerir inteligência do Sistema Penitenciário

DEPEN

Fomentar a indução e a disseminação de ações de prevenção em segurança pública

SENASP

Gerir bancos de dados biométricos afetos à segurança pública

PF / SENASP

Gerir estratégia de operações integradas de segurança pública

DEPEN / PF / PRF / SENASP / SEOPI

Gerir estabelecimentos penais federais

DEPEN

Gerir dados, informações e estatísticas do sistema prisional

DEPEN

Produzir informações integradas em segurança pública

DEPEN / PF / PRF / SENASP / SEOPI

GESTÃO DO CONHECIMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Fomentar conhecimento de temas afetos à segurança pública

DEPEN / PF / PRF / SENASP / SEOPI

Fomentar a indução e a disseminação de ações de valorização de pessoal de segurança pública

SENASP

Promover capacitações em segurança pública

PRF / PF / SENASP / SEOPI

Atualizar doutrina em segurança pública e de inteligência penitenciária

DEPEN / PRF / PF / SENASP / SEOPI

ACREDITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES AFETAS À SEGURANÇA PÚBLICA

Controlar a aquisição e a movimentação de armas de fogo de uso permitido

PF

Credenciar empresas de segurança de trânsito

PRF

Controlar a produção e a movimentação de precursores químicos

PF

Controlar a execução das atividades de segurança privada

PF

CONTROLE MIGRATÓRIO E POLÍCIA AEROPORTUÁRIA, MARÍTIMA E DE FRONTEIRAS

Controlar o fluxo migratório internacional

Realizar atividades de Polícia Marítima, Aeroportuárias e de Fronteiras

PF

GESTÃO DE SEGURANÇA VIÁRIA

Promover a segurança e a livre circulação nas rodovias federais

Promover o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar em rodovias federais

Fiscalizar o trânsito em rodovias federais

Promover educação para o trânsito

PRF

COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Realizar monitoramento e avaliação da execução do PNSPDS

GM / SE / AECI



Proteção e Segurança da Sociedade

GESTÃO DE INVESTIGAÇÕES E OPERAÇÕES EM SEGURANÇA PÚBLICA

Gerir Investigações Criminais

PF

Gerir operações policiais e suporte tático e técnico operacionais

PF / PRF

Gerir operações da Força Nacional

SENASP

Realizar escolta e segurança de dignitários e autoridades

PF / PRF

Garantir segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais

PRF

Prover Proteção a Testemunhas e Réus Colaboradores

PF

Realizar Identificação Criminal

PF

Gerir operações de prevenção e repressão a crimes e ilícitos em rodovias federais e em áreas de interesse da União

PRF

Gerir Atividades Criminalísticas

PF

Gerir ações de inteligência policial para a produção de conhecimentos no interesse da investigação criminal

PF

Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão

GARANTIA DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO PRISIONAL

Fomentar a aplicação de alternativas penais em substituição à prisão

Promover ações de reintegração social em estabelecimentos penais

Fortalecer a rede de controle e participação social na execução penal

Promover a valorização, a capacitação e a qualidade de vida dos trabalhadores dos serviços penais

Gerir ações de ampliação de vagas e modernização dos estabelecimentos prisionais

DEPEN

GARANTIA DOS DIREITOS DOS MIGRANTES E REFUGIADOS

Decidir sobre reconhecimento da condição de refugiado

Produzir conhecimento na temática migratória

Decidir sobre processos de autorização de residência laboral a imigrantes

Decidir sobre concessão, perda e cancelamento de autorizações de residência

Decidir sobre processos de nacionalidade, naturalização, igualdade de direitos e apatridia

Decidir sobre processos de expulsão

SENAJUS



Garantia de direitos do cidadão, do migrante, do refugiado e dos povos indígenas

PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Promover a gestão territorial e ambiental em terras indígenas

Promover os direitos sociais, culturais e de cidadania dos povos indígenas

Promover a proteção territorial e dos povos indígenas Isolados

Promover a demarcação e regularização fundiária de terras indígenas

Preservar e promover os bens culturais dos povos indígenas

FUNAI

ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

Coordenar a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

SENAJUS

GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Fiscalizar a adoção internacional de crianças e adolescentes

PF

Gerir a política de classificação indicativa para obras audiovisuais

SENAJUS

PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Gerir a Política de Prevenção e Reparação de Danos Coletivos e Difusos

CFDD

Articular políticas de modernização, aprimoramento e acesso ao sistema de Justiça

SENAJUS

Promover estudos e diagnósticos sobre o sistema de justiça

SENAJUS

Disseminar conhecimento sobre métodos consensuais de solução de conflitos

SENAJUS

Qualificar Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organizações Estrangeiras (OE)

SENAJUS

Gestão de Ativos e da Política sobre Drogas

GESTÃO DE ATIVOS E EFETIVAÇÃO DA ARRECADAÇÃO

Gerir ativos

Articular medidas para efetivar a arrecadação de recursos

SENAJUS

GESTÃO E ARTICULAÇÃO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS

Articular a Política sobre Drogas

Fomentar a Política sobre Drogas

SENAJUS



Gestão efetiva e eficiente de recursos apreendidos do crime para financiamento de políticas públicas

Defesa da Concorrência e do Consumidor

PROTEÇÃO DA CONCORRÊNCIA

Controlar concentrações de mercado

Disseminar a cultura da concorrência

Combater cartéis e abuso de posição dominante

Promover a Cooperação Governamental Internacional para o Controle de Concentrações e Combate a Condutas Anticompetitivas

Gerir ações de garantia da efetividade das decisões do CADE

CADE

DEFESA DO CONSUMIDOR

Gerir a Política Nacional das Relações de Consumo

Coordenar o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

Fiscalizar o cumprimento das normas de defesa do consumidor e aplicar sanções em âmbito nacional

Promover a defesa do consumidor junto aos órgãos federais, agências reguladoras e mercado de consumo

Gerir a produção do conhecimento sobre a defesa do consumidor

SENACON



Defesa da concorrência e do consumidor

Preservação da Memória Nacional

PROMOÇÃO DO ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NACIONAL

Gerir o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA

AN

Preservar o patrimônio documental nacional

AN

Gerir a Política Nacional de Arquivos

AN

Preservar o patrimônio documental e bibliográfico relativo às sociedades indígenas e à política indigenista

FUNAI



Acesso à informação

Cooperação Governamental e Intersetorial

ARTICULAÇÃO ENTRE PODERES

Instruir e opinar sobre processos de declaração de utilidade pública para fins de desapropriação para fins de interesse público

SENAJUS

Instruir e opinar sobre processos de provimento e vacância relacionados a membros do Poder Judiciário

SENAJUS

Qualificar a elaboração normativa, em articulação com atores do Poder Público e da sociedade

AEAL / DEPEN / PF / PRF / SENACON / SENAD / SENAJUS / SENASP / SEOPI

Analisar atos para sanção ou veto presidencial

AEAL

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

Gerir a cooperação jurídica internacional

SENAJUS / CADE / AN / PF

Conduzir negociações de acordos e consultas bilaterais e multilaterais

SENAJUS



Participação e suporte à tomada de decisão do Governo Federal

Governança, Gestão e Suporte

GESTÃO E CONTROLE INSTITUCIONAL

Gerir estratégia

SE / AN / CADE / PF / PRF / DEPEN / FUNAI

Prover consultoria jurídica

CONJUR / CADE / FUNAI / AN

Prestar contas da gestão

GM / SE / CONJUR / SENAJUS / SENACON / SENAD / SENASP / SEOPI / DEPEN / PRF / PF / CADE / AN / FUNAI

Gerir estrutura organizacional

GM / SE

Gerir processos organizacionais

SE / AN / CADE / PF / PRF / DEPEN / FUNAI

Gerir portfólio de programas e projetos

SE / AN / CADE / PF / PRF / DEPEN / FUNAI

Realizar atos de correição

COGER / FUNAI / DEPEN / PF / PRF

Gerir ouvidoria

GM / PRF / PF / DEPEN / CADE / FUNAI

Promover a transparência, o acesso à informação e o controle social

GM / PRF / PF / DEPEN / CADE / FUNAI / AN

Prover assessoria parlamentar e federativa

AFEPAR

Prover assessoria internacional

ASINT

Gerir riscos, integridade e controle interno

AECI / FUNAI / CADE

Gerir políticas públicas

SE / SENAJUS / SENACON / SENAD / SENASP / SEOPI / DEPEN / PRF / PF / CADE / AN / FUNAI

Gerir informações de custos

SE / PF

Gerir informação

SE / AN / CADE / PF / PRF / DEPEN / FUNAI

Gerir transferências públicas

SE / SENAJUS / SENACON / SENAD / SENASP / SEOPI / DEPEN / PRF / PF / CADE / AN / FUNAI

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

Gerir programação financeira

GM / SE / SENAJUS / SENACON / SENAD / SENASP / SEOPI / DEPEN / PRF / PF / CADE / AN / FUNAI

Gerir contabilidade

SE / PF / FUNAI / DEPEN / CADE

Gerir emendas parlamentares

GM / SE / SENAJUS / SENACON / SENAD / SENASP / SEOPI / DEPEN / PRF / PF / CADE / AN / FUNAI / AFEPAR

Gerir Orçamento

GM / SE / SENAJUS / SENACON / SENAD / SENASP / SEOPI / DEPEN / PRF / PF / CADE / AN / FUNAI

GESTÃO DE PESSOAS

Gerir atos de aposentadoria e pensões

Gerir saúde e segurança ocupacional

Gerir programa de estágio

Gerir despesas de pessoal

Gerir informação funcional

Gerir o desenvolvimento humano organizacional

SE / AN / CADE / PF / PRF / DEPEN / FUNAI

COMUNICAÇÃO

Gerir comunicação institucional

Promover a comunicação interna

Gerir relacionamento com a imprensa

GM

GESTÃO DA LOGÍSTICA

Gerir contratos de aquisição de bens e de serviços

SE / DEPEN / PF / PRF / CADE / AN / FUNAI / SENASP

Gerir suprimentos

SE / DEPEN / PF / PRF / CADE / AN / FUNAI

Gerir patrimônio

SE / DEPEN / PF / PRF / CADE / AN / FUNAI

Gerir projetos de arquitetura e engenharia

SE / DEPEN / PF / PRF / CADE / AN / FUNAI

Gerir o planejamento das contratações e a seleção de fornecedores

SE / DEPEN / PF / PRF / CADE / AN / FUNAI / SENASP

GOVERNANÇA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Gerenciar soluções de TIC

Gerenciar serviços e suporte de TIC

Avallar gestão de TIC

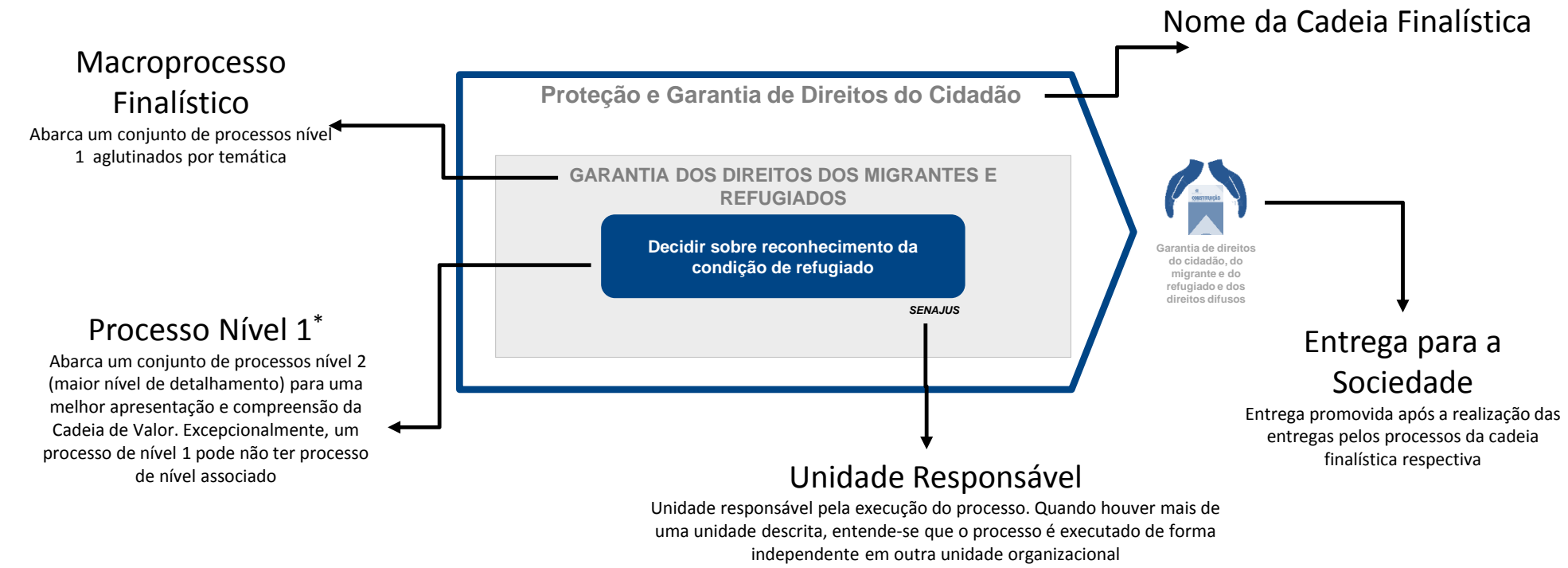
Gerenciar processos de TIC

Prover governança de TIC

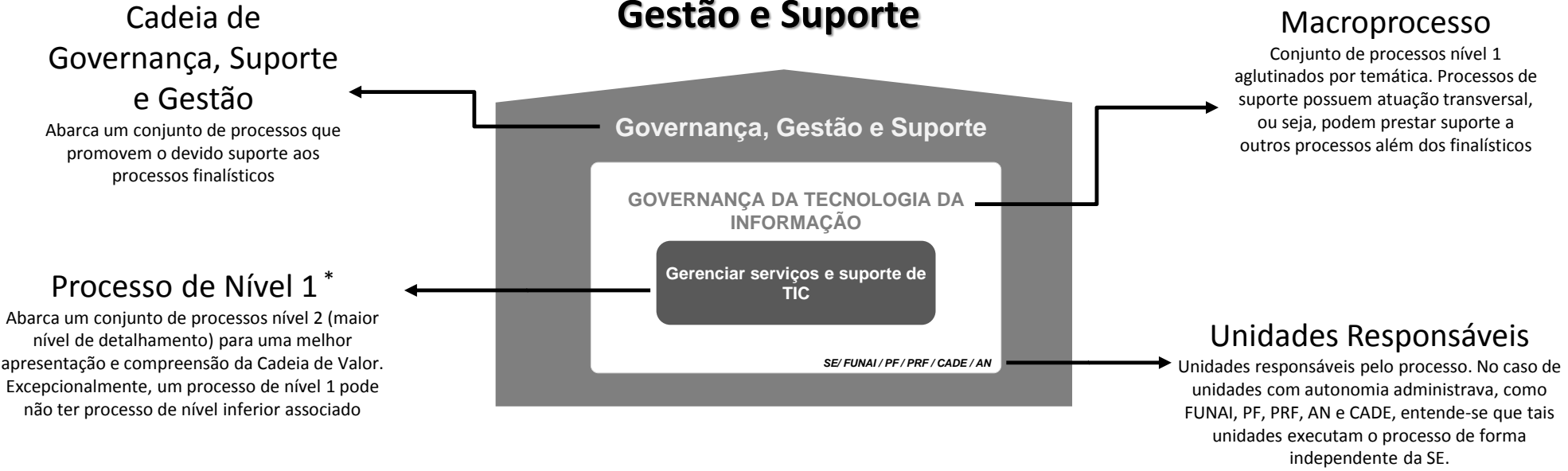
SE / FUNAI / PF / PRF / CADE / AN

GUIA: COMO LER ESTE MATERIAL

Cadeia de Valor - Finalística



Cadeia de Valor – Governança, Gestão e Suporte



* Informações mais detalhadas sobre os processos de nível 1 da Cadeia de Valor podem ser obtidas no anexo "Arquitetura de Processos"

LEGENDA



Cadeia de Valor Integrada



Processos Finalísticos



Processos de Governança, Gestão e Suporte

SIGLAS

- AEAL** - ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS
- AECI** – ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO
- AFEPAR** – ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS E PARLAMENTARES
- AN** – ARQUIVO NACIONAL
- ASINT** – ASSESSORIA INTERNACIONAL
- CADE** – CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
- CFDD** – CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS
- CONJUR** – CONSULTORIA JURÍDICA
- COGER** – CORREGEDORIA–GERAL
- DEPEN** – DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
- ENCCLA** - ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO

- FUNAI** – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- GM** – GABINETE DO MINISTRO
- MJSP** – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
- PF** – POLÍCIA FEDERAL
- PRF** – POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
- SE** – SECRETARIA-EXECUTIVA
- SENAJUS** – SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
- SENACON** – SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR
- SENASP** - SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
- SENAD** - SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
- SEOPi** – SECRETARIA DE OPERAÇÕES INTEGRADAS
- TIC** – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO



PLANO DE COMUNICAÇÃO

Transparência e acesso junto à sociedade e engajamento de servidores e colaboradores para execução compartilhada do

Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Agosto/2019



Apresentação

O conjunto de estratégias apresentado a seguir tem o intuito de estimular colaboradores do Ministério da Justiça e Segurança Pública a engajarem-se ao Planejamento Estratégico da pasta, bem como dar transparência aos conteúdos propostos, tornando-o acessível à sociedade.

O presente desafio pretende unir, ainda, a temática de campanha do Ministério - que faz referência ao comprometimento ético e eficiente de todos, a partir do chamado “Faça a coisa certa. Sempre” - ao reconhecimento e compreensão acerca do cumprimento das metas e aprimoramento dos indicadores estabelecidos pelo Planejamento.



Objetivo

do Plano de Comunicação

Propor ações de comunicação integrada para facilitar o acesso à sociedade, disseminar, gerar adesão de colaboradores e dar visibilidade institucional interna ao processo de gestão estratégica e divulgar a repactuação do Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública de 2015-2019.



Cenário

O Ministério da Justiça e Segurança Pública adota a gestão estratégica como forma de melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade, buscando sempre a participação e o alinhamento entre suas unidades.

Para atingir o objetivo de integrar todo o corpo funcional e gestores do MJSP à nova gestão da Pasta, o Planejamento Estratégico (PE) para o período de 2015 a 2019 foi ajustado às novas expectativas e demandas. Além disso, um novo Planejamento Estratégico Institucional está em elaboração para os próximos quatro anos (2020-2023).

O PE estabelece, para toda a organização, a sua missão, visão, os seus objetivos estratégicos e como alcançá-los por meio de projetos, indicadores e metas estratégicos.

Missão:

Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Visão:

Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.



Sociedade e Governo

- Reduzir homicídios e outros crimes violentos;
- Fortalecer o enfrentamento à criminalidade com enfoque em organizações criminosas, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira;
- Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão.



Habilitadores

- Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública;
- Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional;
- Promover a gestão e a alienação do produto de crimes de tráfico de drogas;
- Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor;
- Aprimorar mecanismos de gestão e de disseminação do conhecimento com foco no público externo.



Fundamentos

- Promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores;
- Aprimorar e integrar a gestão e a Governança Institucional;
- Fortalecer e ampliar a estrutura e os serviços de TIC.



Desafio

Unir os conceitos da campanha “Faça a coisa certa. Sempre” ao processo comunicativo para o reconhecimento e engajamento da comunidade do MJSP à cultura de gestão estratégica e para o alcance dos resultados do Planejamento Estratégico.

Planejamento Estratégico + “Faça a coisa certa, pelos motivos certos, do jeito certo. Mãos à obra.” - Ministro Sergio Moro



Desafio

O Planejamento Estratégico é tarefa diária e construída por todas as mãos

- Gestores
- Colaboradores
- Sociedade

Portanto, é preciso dar visibilidade ao PE, para que seja parte da rotina de todos os executores. E para que seus resultados sejam reconhecidos pela sociedade.



FAÇA A COISA CERTA.

PLANEJE E AVALIE SEMPRE

Plano de trabalho

Todo o material divulgado pela Comunicação Interna (CI) segue o princípio do interesse público e/ou do interesse dos servidores especificamente. A CI estabelece, portanto, como premissa de sua linha editorial, a informação cujo conteúdo interfere na vida do servidor como cidadão e profissional.

Assim, predominam não só temas de serviços e aqueles relevantes para sua carreira no serviço público, como também matérias e peças de divulgação que atraiam o engajamento do corpo funcional para a elaboração, desenvolvimento e atingimento de metas de gestão estabelecidas pelo ministério.

Os canais internos de divulgação serão instrumento e ferramenta de mobilização, incentivo e chamamento dos colaboradores ao papel de corresponsáveis pelos resultados que o MJSP se comprometeu e deve entregar à sociedade.



Produtos

Para provocar adesão do público interno, os produtos estabelecidos para a ampla divulgação do Planejamento Estratégico (PE) serão:

- Matérias periódicas, no mínimo quinzenais, sobre andamento do Planejamento Estratégico, projetos concluídos, etc.;
- Campanhas por e-mail marketing;
- Publicação de entrevistas com a alta gestão e servidores acerca do PE;
- Conteúdo digital no desktop/tela de fundo dos computadores do MJSP.



Comunicação Interna

- Redes sociais;
- Portal Você.MJ;
- Correio eletrônico/email marketing;
- Desktop computador.



Comunicação Externa

(Prestação de contas-Sociedade)

- Vídeos institucionais;
- Redes sociais;
- Portal MJ;
- Contato com a imprensa (mailing).



Estratégias – Off Line

Multiplicação do conhecimento: Necessário que gestores e pontos focais disseminem às suas equipes as informações do Planejamento Estratégico para mantê-las engajadas e motivadas.

Em paralelo ao trabalho dos multiplicadores, a comunicação interna elaborará conteúdos para divulgação nas plataformas internas de comunicação do Ministério. Isso inclui produção e publicação de matérias periódicas e/ou entrevistas com gestores e equipe sobre o andamento dos projetos estratégicos. A Assessoria de Comunicação também ficará responsável por encaminhar esse conteúdo aos órgãos vinculados que também fazem parte do Planejamento Estratégico.



Estratégias – Online

Visualização/layout: Redefinir, na página interna Você MJ, o layout e a disposição do link do Planejamento Estratégico, dando destaque para canal interativo, síntese das ações por setor e possibilidade de publicar foto em bom destaque e comentário de colaboradores que tenham contribuído ativamente com sugestões ou metas.

Vídeos institucionais: Relatos e demonstrativos de ação e resultados, cumprimento de metas, relacionando o PE às ações efetivas de servidores e/ou gestores.

Divulgação das ações: a partir das reuniões mensais entre os gestores de área para definir prioridades e atualizar status dos programas e metas, serão feitas matérias para público interno de modo a anunciar resultados e gerar atenção e engajamento em ações definidas pelos gestores na reunião.



Comunicação externa – Prestação de contas - >sociedade

As ações executadas pelos setores, em alinhamento ao PE do Ministério, devem ser objeto de divulgação, com o intuito de demonstrar os processos e resultados obtidos, considerando os indicadores e cumprimento de metas.

- Portal MJ: Publicação de conteúdos com informações acerca do desempenho de gestores, servidores e colaboradores;
- Redes sociais: Exemplos de boas práticas e resultados compartilhados nos perfis sociais da Pasta.



Cronograma

Agosto

- Matérias na intranet: cobertura das reuniões, balanço de resultados, entrevistas etc
- Matéria Portal, se for o caso
- Banner Você MJ
- Elaboração de estudo para atualização da área do Planejamento Estratégico na intranet

Setembro

- Matérias na intranet , destaques dos principais resultados
- Elaboração de estudo para atualização da área do Planejamento Estratégico no portal (site)



Cronograma

Novembro

- Matérias na intranet
- Matéria Portal, se for o caso
- Redes sociais, se for o caso
- Vídeos
- Atualização da intranet

Dezembro

- Divulgação de resultados 2019 (janeiro 2020) na intranet e no site
- Divulgação do início da implementação do novo planejamento; balanço do que se encerrou
- Atualização do portal

Mapa Estratégico 2020 - 2023



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E SEGURANÇA PÚBLICA

MISSÃO

Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito.

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

SOCIEDADE E GOVERNO

FORTALECER O ENFRENTAMENTO
À CRIMINALIDADE, COM ENFOQUE
EM CRIMES VIOLENTOS, ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS,
CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO, INCLUSIVE
COM ATUAÇÃO NA FAIXA DE FRONTEIRA

PROMOVER O ACESSO
À JUSTIÇA E PROTEGER
OS DIREITOS DO CIDADÃO

HABILITADORES

APERFEIÇOAR
A COORDENAÇÃO
ESTRATÉGICA E A INTEGRAÇÃO
DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA
PÚBLICA

APERFEIÇOAR A GESTÃO DO
SISTEMA PRISIONAL

PROMOVER
A GESTÃO E A ALIENAÇÃO DO
PRODUTO DE CRIMES

AMPLIAR A ESCALA
E A EFETIVIDADE DAS
AÇÕES DE DEFESA
DA CONCORRÊNCIA
E DO CONSUMIDOR

GERIR POLÍTICAS REFERENTES
AOS POVOS INDÍGENAS

APRIMORAR MECANISMOS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO E DA PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA
ARQUIVÍSTICA NACIONAL

FUNDAMENTOS

PROMOVER A
VALORIZAÇÃO E O
DESENVOLVIMENTO
DOS SERVIDORES

APRIMORAR E INTEGRAR
A GESTÃO E A GOVERNANÇA
INSTITUCIONAL

FORTALECER E AMPLIAR
A ESTRUTURA E
OS SERVIÇOS DE TIC